

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 19 • 2019

Políticas culturais para um Estado democrático¹

Juca Ferreira

Juca Ferreira, Sociólogo, ex-Ministro da Cultura do Brasil, ex-Secretário de Cultura da Cidade de São Paulo e, atualmente, Secretário de Cultura da Cidade de Belo Horizonte.

https://doi.org/10.14195/1647-8622_19_9

¹ Artigo resultante da adaptação do texto da conferência “Políticas culturais para um Estado democrático”, proferida na FLUC, no dia 2 de Abril de 2018, a convite da Prof^a. Doutora Maria da Conceição Lopes (Professora Auxiliar de Arqueologia Clássica do DHEEAA/FLUC e Coordenadora Científica do CEAACP/FLUC).

(Página deixada propositadamente em branco)

A criação do Ministério da Cultura - MinC, em 1985, como um dos primeiros atos logo após o término do regime militar indicava ser a cultura um dos elementos constitutivos de um projeto democrático. Ainda assim, isso de fato só veio a se concretizar quase duas décadas depois, precisamente a partir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente do Brasil e da nomeação do músico e compositor Gilberto Gil como Ministro da Cultura.

Durante os dezoito anos que separam um fato do outro, o Ministério, que havia nascido sem uma missão definida, assim permaneceu. Tornara-se uma conquista meramente institucional. Foi somente a partir de 2003 que o MinC passou a ser visto como estratégico para o país, como parte relevante do projeto de construção de uma nação democrática, plural e qualificada, capaz de enfrentar os desafios do século XXI.

A valorização da cultura como importante dimensão da esfera pública, emergiu em toda a América Latina enquanto demanda da sociedade e como parte da luta pela superação das relações autoritárias do Estado com a sociedade, oriundas das ditaduras militares que haviam se instalado em toda a região. Apesar de tudo isso, a afirmação das democracias em quase toda a região embora tenha avançado muito, hoje dá sinais evidentes de que ainda não se consolidou.

A cultura, ao tornar-se, desde a década de 1960, em um espaço central de afirmação das liberdades em boa parte do mundo, de construção de diálogos, pactuações e interações entre os diversos grupos que compõem a sociedade, e como um indicador importante da qualidade de vida, não poderia estar ausente da agenda pública contemporânea da América Latina, sobretudo por permear e qualificar todos os campos da vida social e todas as áreas do conhecimento.

No Brasil, o Ministério da Cultura, especialmente na gestão Gil/Juca foi ao encontro da nossa ampla e rica diversidade cultural, da nossa singularidade, das nossas contribuições estéticas e culturais no contexto da globalização, interagindo com as novas linguagens, renovando e ampliando as políticas de patrimônio, lançando mão de nossa criatividade, capacidade de inovação e de diálogo com outras culturas. O olhar para a diversidade e a ampliação do conceito de cultura adotado pelo MinC, a partir de 2003, possibilitaram a criação de políticas culturais que incorporassem dimensões da cultura e o protagonismo de segmentos sociais até então invisíveis para o Estado brasileiro e sem acesso às ações e recursos deste ministério.

O MinC foi muito além do campo artístico, passou a levar em consideração toda a dimensão simbólica do país. Além dos artistas e tradicionais protagonistas do mundo das artes, o MinC passou a se relacionar com a população em geral e a valorizar suas demandas e necessidades, passou a discutir política cultural com uma enormidade de segmentos culturais: produtores, técnicos, mestres da cultura popular, estudiosos e ativistas de vários setores. Os temas culturais passaram a ter importância política para grandes parcelas da nossa sociedade e o diálogo do governo com elas incorporou quem nunca tinha tido acesso a políticas públicas: populações periféricas e do interior do Brasil, jovens, pessoas com deficiências, mestres e grupos da cultura popular, movimentos pela igualdade de gênero, camponeses, estudantes, descendentes de migrantes de muitas origens, ciganos, segmentos LGBT, idosos, crianças, bem como com aqueles que lutam por moradia e por cidades sustentáveis, por saúde, educação, direitos humanos etc. Ao massagearmos os pontos vitais da cultura brasileira, ativamos um novo sentimento de pertencimento e de cidadania e de fortalecimento do protagonismo cultural.

Merece especial destaque a interlocução com os povos indígenas. A política cultural formulada pelo Ministério neste período procurou afirmar que o Brasil democrático precisa incorporar e respeitar a população indígena com suas singularidades, com suas culturas e seus modos de vida, garantindo aos povos tradicionais o direito ao seu território para que possam viver segundo seus costumes e tenham condições de estabelecer relações com a sociedade brasileira e com o mundo a partir de suas especificidades. Ao atender a demandas e necessidades da população em sua diversidade, o MinC fpi, desta maneira, contribuindo para a construção de um estado democrático moderno.

O impeachment e o brusco afastamento da presidenta legitimamente eleita significaram grave ameaça para as políticas culturais e para o Ministério da Cultura. Se não foi por um acaso que a criação do Ministério da Cultura tenha sido um dos primeiros atos da redemocratização do país, também não foi por mera coincidência que entre as primeiras providências dos golpistas esteja a tentativa de extingui-lo. O interino Michel Temer, só não manteve sua decisão porque a pressão dos setores culturais e a rejeição da opinião pública foram mais fortes do que a vontade de ceifar de uma só vez o Ministério e os avanços que ele até então representava. Entretanto o projeto de enfraquecimento e redução do Estado, implementado pelo governo interino, vem impactando duramente todas as políticas culturais que estavam em construção e o próprio ministério em si.

Políticas, programas e projetos que materializavam responsabilidades do Estado democrático com a cultura brasileira estão sendo enfraquecidos, interrompidos ou extintos. Os devotos da teoria do estado mínimo encontraram no golpe jurídico-parlamentar-midiático o meio de impor ao Brasil e ao povo brasileiro o projeto neoliberal seguidamente derrotado nas urnas, comprometendo gravemente nossa democracia. Vivemos uma grave crise, encontramos-nos num estado de indefinição quanto a nosso futuro. Este é um fato. O neoliberalismo ressurgiu com muita força na América Latina.

Não podemos deixar essa rica experiência se perder no tempo e cair no esquecimento. Trata-se de um patrimônio público, um legado democrático que precisa ser sistematizado, preservado, e recuperado.

Esse legado tende a ser essencial para quando a democracia voltar a nos sorrir. O fortalecimento da democracia no Brasil e em toda a América Latina tem nos processos culturais um dos seus principais fundamentos e ativos políticos. Em um contexto democrático o resgate dessa dimensão da democracia em nosso continente e no Brasil tende a ganhar contornos de grandeza e importância histórica. A região inteira parece querer cantar junto com o poeta – “a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte!”. Podemos construir no continente e nos países de língua portuguesa e quiçá, no mundo ibero-americano, em um futuro próximo, espaços culturais comuns, observatórios de políticas culturais, mercados culturais comuns etc.

Ainda que a cultura, a arte e suas políticas públicas venham demonstrando decisiva importância na qualificação das relações sociais, no enfrentamento de profundas exclusões, no combate à violência generalizada, na construção do sentimento de pertencimento e no fortalecimento da coesão nacional, na construção da democracia e da sustentabilidade, na qualidade de vida, os processos culturais, as experiências artísticas e a criação estética continuam secundarizados por quase todo o mundo político brasileiro e sendo tratados como questão menor. A cultura tem se mostrado igualmente importante no desenvolvimento da condição humana de homens e mulheres, como indicador de

qualidade de vida e na melhoria e qualificação de outras políticas de estado, como as políticas para a saúde e educação.

Temos tido, desde sua origem, um Estado mais afeito aos interesses das classes dominantes do que às demandas e necessidades da população como um todo. O sentimento de nação com que convivemos é frágil e superficial. A cultura democrática no país é ainda embrionária. E, mesmo entre os setores críticos à desigualdade e à precariedade da nossa democracia, existe a tendência a minimizar as questões culturais e deixá-las de fora do projeto político de construção do país.

O Brasil e boa parte da América Latina naturalizaram a desigualdade e a exclusão, o que faz da recente experiência democrática uma referência importante, ao associar desenvolvimento com redução de desigualdades sociais e institucionalização de direitos. É como se a nódoa da escravidão ainda estivesse presente em nossas sociedades. Por tudo isso, a democratização do Estado no Brasil e na América Latina é uma questão central para conquistarmos direitos, coesão social e qualidade de vida para todos. A despeito dos enormes avanços, enfrentamos certa inércia decorrente da dificuldade generalizada em compreender o que vem a ser cultura, qual o seu papel, sua importância enquanto dimensão simbólica da vida social, essencial para a realização da condição humana de todos. Ainda é muito frágil o entendimento da cultura como uma dimensão central e incontornável para o desenvolvimento do Brasil e da América Latina e para nossa afirmação no conjunto das nações.

O governo Lula herdou um Ministério da Cultura insignificante se comparado com a grandeza cultural do país, com uma atuação que sequer chegava a ter algum contorno de política pública: institucionalmente atrofiado, com o menor orçamento da República, incapaz de exercer o papel do Estado enquanto gestor de políticas públicas culturais capazes de satisfazer as necessidades e demandas da sociedade e de promover o seu desenvolvimento. Não havia visão estratégica nem objetivos claros. Não havia instrumentos de acompanhamento, nem indicadores e estatísticas sobre a produção e o consumo de bens culturais do país, tamanho era o desdém quanto ao impacto da cultura sobre a nossa vida econômica e social, e sobre o nosso desenvolvimento. A cultura não passava - como dizia Gilberto Gil, de uma espécie de cereja do bolo.

O Estado, enfim, havia renunciado à sua missão. Abandonara seu papel constitucional de formulador e executor de políticas capazes de promover o desenvolvimento cultural da sociedade brasileira.

A visão neoliberal, hegemônica no Brasil e em boa parte do mundo depois da queda do muro de Berlim, que agora retoma o comando de algumas economias ocidentais, está tentando através de um golpe de estado se impor ao povo brasileiro, e voltar a ignorar as responsabilidades do Estado com o povo brasileiro e seu desenvolvimento, com a superação da grave exclusão econômica e social de grandes parcelas dos brasileiros. Uma das facetas mais cruéis é a tentativa de retroceder nas conquistas que tivemos no país na área da educação e nos avanços que tivemos nos direitos culturais. Em vez de enfrentarmos os desafios postos pelo século XXI, estamos vivendo o pesadelo da possibilidade de retrocedermos muitas décadas. Esse projeto antipopular, antidemocrático e contra nossa soberania ameaça agravar essa dicotomia histórica entre crescimento econômico e outras dimensões da vida social, incluindo a cultura. No Brasil e na América Latina, essa é uma tradição da qual não podemos deixar de nos livrar. E, como um fantasma sempre a nos rondar, hoje está de novo a nos ameaçar.

Apesar de tudo isso, parte do legado que construímos se enraizou. O Ministério da Cultura a partir de 2003 passou a se relacionar com os grandes processos culturais do país, passou a interessar a muitos e a ser considerado importante para uma grande parcela de brasileiros. Nas gestões do PT, o MinC chegou a ter um orçamento sete vezes maior do que o encontrado em 2003. Saímos da média histórica dos governos tucanos que antecederam o presidente Lula de 287 milhões, para um orçamento em torno de um bilhão e trezentos milhões. As políticas públicas para a cultura ganharam novas feições, mais nítidas e mais consistentes e mais abrangentes. Essa nova visão das responsabilidades culturais dos poderes públicos com as demandas e necessidades culturais do povo brasileiro se espalhou por todas as regiões do Brasil, redefinindo políticas públicas de cidades e estados.

Cabe ao Poder Público criar e garantir as condições e o ambiente favorável para que as atividades artísticas e culturais prosperem e se desenvolvam; ao Estado cabe promover e estimular o desenvolvimento cultural da sociedade e a satisfação das demandas e necessidades culturais, garantindo as condições para que estejam ao acesso de todos.

Por outro lado, criar, fazer e definir obras, temas e estilos são papéis dos artistas e dos criadores que produzem cultura. E, escolher o que ver, ouvir e sentir é papel do público.

Garantir a liberdade de expressão, criar condições de acesso, produção, difusão, preservação e livre circulação de bens culturais; regular e desenvolver as economias da cultura evitando monopólios, exclusões e ações predatórias é papel do Estado democrático.

No Brasil de hoje, os responsáveis pelo golpe em nossa democracia estão tentando dar uma volta no tempo, recuando para um Estado que transfere seu papel para o mercado — especialmente para os departamentos de comunicação e marketing das empresas. Sem menosprezar a importância da ação empresarial para a cultura, havíamos chegado a uma situação absurda antes da eleição do presidente Lula, marcada pela omissão dos governantes e por ações culturais operadas prioritariamente por favorecimentos, exclusões e clientelismos de toda ordem. Este estado de coisas nos conduziu a uma situação onde o acesso à cultura pela via do mercado tem sido do tamanho do bolso do cidadão.

Neste momento, rema-se contra a história. Estávamos construindo políticas que incorporavam as culturas dos povos indígenas ao corpo simbólico da nação e ao mundo das linguagens artísticas contemporâneas. Construímos políticas culturais para a emergente cultura digital, para as manifestações tradicionais, para a preservação do patrimônio e da memória, aproximamo-nos da arquitetura, do design, da moda, da gastronomia. Tudo isso sem privilégios nem discriminações e sem conflitar o popular com o erudito, a tradição com a inovação e a tecnologia de ponta com as formas artesanais e tradicionais de se fazer cultura.

A urbanização desmedida do planeta, associada à revolução nos meios de comunicação e nas tecnologias digitais, vêm alterando significativamente a nossa noção de tempo e espaço e a presença da arte e dos processos culturais em nosso cotidiano; multiplicando suas formas de manifestação, fazendo surgir novas linguagens. As estruturas artísticas, culturais, e as tecnologias que a elas se associam passam por modificações profundas o tempo inteiro. O MinC procurou entender o seu tempo, se relacionar com o presente e contribuir para que o país pudesse se desenvolver culturalmente a partir dessas condições.

E, mais, sabíamos que nada disso se poderia fazer sem uma grande disposição para o diálogo com a sociedade e sem a sua participação. As políticas públicas para a cultura não podem surtir os efeitos a que se destinam se forem concebidas nos gabinetes das repartições públicas. O MinC deixou de ser mero repassador de recursos, como dizíamos à época. Em

vez de uma política de “balcão”, foi estabelecida uma política de fomento e apoio à produção cultural e processos correlatos. Agentes sociais, institucionais, culturais e políticos foram envolvidos e participaram da construção de políticas culturais, em todas as suas etapas.

Procuramos desenvolver uma gestão cultural contemporânea em seus conceitos, métodos, tecnologias e procedimentos gerenciais e administrativos. Avançamos nas técnicas de gestão e administração do Estado. Modernizamos o Ministério e ganhamos as ruas e os espaços fechados de todo o país. Foi assim que reafirmamos o espírito suprapartidário e republicano da administração pública. O tempo inteiro, trabalhamos a partir da ideia de que de que para contribuirmos para o desenvolvimento cultural do país, é necessário modernizar, qualificar e democratizar o Estado. Torná-lo mais eficiente e eficaz. Torná-lo contemporâneo.

Escutamos e formatamos de maneira compartilhada o nosso programa de trabalho. Chegamos a envolver mais de três mil municípios brasileiros e mais de duzentas mil pessoas por meio de debates e enquetes, seminários setoriais, territoriais e temáticos, audiências públicas e consulta via internet, entre outros meios de colaboração e diálogo que deram rumo e sentido às Conferências de Cultura, ao Plano Nacional de Cultura, ao Sistema Nacional de Cultura, ao Cultura Viva, à Lei de Direito Autoral e ao Procultura. Enfim, com diálogo e participação, construímos novos marcos institucionais e legais para a cultura brasileira, e outros tantos deixamos tramitando no Congresso, consolidados por processos amplamente debatidos com a sociedade e com o campo cultural em todas as unidades da federação.

Conseguimos aprovar considerável parcela da Nova Lei do Direito Autoral, uma das mais modernas legislações do mundo nessa área, que proporciona ao autor maior controle sobre sua obra sem sacrificar os direitos do público. Em outras palavras, a proposta de modernização da legislação do direito autoral, que deixamos pronta e parcialmente aprovada, além de garantir direitos aos criadores, possibilita o desenvolvimento de uma economia da cultura para muitos, inserida no ambiente digital criado pelas novas tecnologias e pela internet. Ao definir novos modelos de negócio e consumo, exigidos pelo mundo digital, essas políticas e seus sistemas regulatórios revolucionam toda a cadeia produtiva da cultura. Elas nos atualizam em um mundo globalizado e em acelerado processo de criação de novas mídias e, ao mesmo tempo, destravam a economia da cultura, ao tornar claras e transparentes as regras no mercado de bens simbólicos do século XXI.

Ao reconhecer as iniciativas culturais da sociedade civil de todo o país, organizadas em associações, redes sociais, projetos etc. em bairros periféricos dos centros urbanos, zonas rurais, em cidades do interior e em aldeias indígenas, nós promovemos uma revolução cultural no Brasil. Ao reconhecer e apoiar atividades de mais de cinco mil Pontos de Cultura, incluídos Pontões, Cine Mais Cultura, Pontos de Leitura, Pontos de Cultura indígenas etc., chegamos àqueles que nunca tiveram acesso a políticas culturais e aos recursos públicos, estimulando e fomentando o protagonismo cultural da sociedade. Vale destacar que os Pontos de Cultura são uma das ações do Ministério da Cultura mais celebradas e mais replicadas fora e dentro do país.

Não por acaso foi o Ministério da Cultura o primeiro a ser extinto com o afastamento da Presidente Dilma. Também não foi obra do acaso a gigantesca reação em defesa do Ministério da Cultura, às suas políticas e seus programas. Pressionado por uma miríade de artistas, técnicos, gestores, pesquisadores, ativistas culturais e por considerável parcela da opinião pública, comprometida e ruidosa, em uma semana o MinC voltou a existir.

Mas, embora tenham recuado, estão tentando matá-lo por inanição, desde dentro da própria instituição e do governo, gradativamente desmontando suas políticas,

desestruturando os núcleos de trabalho, demitindo técnicos experientes e competentes e reduzindo o seu orçamento e seu pessoal abaixo do mínimo necessário para sua sobrevivência.

Embora não tenhamos conquistado para a cultura o lugar central e relevante de catalisadora do desenvolvimento social e econômico do país, podemos afirmar que a partir do governo Lula nós tivemos a oportunidade de vivenciar uma das mais significativas experiências de gestão da cultura no Brasil, em suas múltiplas dimensões, numa relação democrática e inovadora do Estado com o conjunto de atores que protagonizam a cultura. Vivíamos um ambiente de liberdade de expressão, sem censura nem exclusões, em um processo de valorização da cultura junto à sociedade, inédito no Brasil até então, e relevante no contexto de toda a América Latina.

As políticas culturais que nasceram com o presidente Lula passaram, enfim, a ser reconhecidas nacional e internacionalmente, sobretudo por suas características inclusivas, libertárias e inovadoras. E por terem buscado dar outro sentido para a relação do Estado com a cultura, estabelecendo um padrão democrático, sem censura e sem paternalismo.

Durante o período em que estivemos à frente do MinC, buscamos contribuir para o desenvolvimento da cultura brasileira através da formulação de políticas públicas, programas, projetos e ações que deveriam ser levadas a cabo pelo Ministério, sempre considerando três dimensões fundamentais.

Primeiro, a cultura como dimensão simbólica, aquela que dá significado e qualifica a existência e as relações sociais; que dá liga à cidadania. A cultura e a arte que nos exprime como seres humanos e nos singulariza como parte de um grupo social, de um setor da sociedade, de um povo. Que nos identifica em meio à diversidade humana, como pertencentes a uma mesma nação ou comunidade, que representa nosso olhar sobre o mundo, que expressa nossas experiências coletivas e individuais e nossas relações com o meio. Múltiplas determinações e dimensões de que a criatividade se nutre e que a torna possível.

Depois, tratamos a cultura e a arte como um direito fundamental; como uma necessidade humana básica, essencial, tão importante quanto à alimentação, moradia, educação e saúde. A cultura como fator de inserção social, algo sem o que o ser humano não se realiza plenamente.

Sabíamos que não bastava aumentar o poder aquisitivo da população, resolver as questões mais imediatas da luta pela sobrevivência. Precisávamos dar voz à sociedade, fortalecer seus mecanismos de expressão cultural e artística e de acesso pleno à cultura. Constatamos que mais de 80% do povo brasileiro ficavam de fora do mercado de bens culturais, dependendo, sobretudo da TV aberta.

E, por fim, a cultura como economia; como um de seus processos mais dinâmicos, setor em franca expansão em todo o planeta e, hoje em dia, responsável por uma parcela considerável do PIB de muitas nações, inclusive do Brasil. Apesar de o Estado brasileiro nunca ter considerado esta significativa participação da cultura e da arte na economia, nunca ter sequer rascunhado uma política de Estado para o setor, a economia da cultura supera, em muito, vários ramos tradicionalmente dinâmicos do mundo dos negócios.

Em que pese todas as dificuldades conceituais, políticas e orçamentárias enfrentadas, e a interrupção do processo no primeiro mandato da presidente Dilma, retomado no segundo mandato, tornamo-nos uma referência na gestão pública de cultura, nacional e internacionalmente. Estabelecemos um novo patamar de participação da sociedade, envolvendo artistas, produtores, fazedores de cultura, gestores, empreendedores,

investidores, estudiosos e muito mais atores na formulação e construção de políticas públicas para a cultura. Fomos parte, não resta dúvida, das transformações históricas associadas aos governos do Partido dos Trabalhadores, a partir da eleição do presidente Lula em 2003.

A interrupção do processo de consolidação da democracia, particularmente na cultura, pode nos custar muito caro. O povo brasileiro demanda direitos, qualidade de vida, igualdade e liberdade. Só a democracia pode garantir esses avanços civilizatórios.

Todos os projetos de lei do âmbito da cultura que buscam aperfeiçoar nossa democracia – em construção ou tramitando no Congresso Nacional - a exemplo do Procultura e de partes constitutivas da Lei de Direitos Autorais, entre outros, estão ameaçados. São projetos que complementam essa nova institucionalidade favorável ao desenvolvimento cultural do país, mas que diante da composição parlamentar que se formou no Brasil, correm o risco de serem engavetados ou mutilados para atender a interesses dos grupos econômicos que dominam o Poder Legislativo.

Mesmo os avanços obtidos no campo do audiovisual, com significativa visibilidade sobre a economia, estão sob a ameaça de retrocesso. Novas mídias, novos formatos e novos arranjos midiáticos surgem todos os dias e ampliam a demanda por conteúdo nacional. Temos hoje um conteúdo audiovisual que valoriza a nossa diversidade regional e cultural, que estimula a produção local e a descentralização criativa, dando vida a uma economia poderosa e a um novo e promissor mercado de trabalho, num momento em que a informática e o audiovisual se misturam cada vez mais aos processos tradicionais de educação. É impossível minimizar a importância do audiovisual numa era onde os receptores e emissores eletrônicos estão no bolso de cada um, podendo ser acessados a qualquer instante, praticamente em qualquer lugar. Em 2003, mal produzíamos uma dezena de filmes anualmente. Hoje em dia atingimos a marca de quase 150 filmes longa-metragem por ano.

Um grande desafio de nosso tempo é vencer o gargalo da distribuição e da circulação dos bens e serviços culturais, garantindo-lhes liberdade criativa no ambiente das novas mídias, linguagens e estéticas que emergiram e emergem a cada momento (redefinindo a própria cultura), solucionando entraves provocados por estruturas oligopolizadas de distribuição em vários campos da cultura: do editorial ao audiovisual, ao musical. Lamentavelmente, algumas inovações nesse campo, que estavam em curso foram interrompidas ou estão ameaçadas, todas elas voltadas a dar acesso gratuito em grande escala, por meio de multiplataformas de conteúdos audiovisuais, que pudessem reunir áudios, fotos, livros de acesso digital gratuito. Pensamos até em um canal da cultura, e iniciamos a implementação uma política de instalação de Núcleos de Produção Digital (NPDs) em cada estado do Brasil, pensados para produzir, desenvolver e trocar conteúdos audiovisuais em uma atuação em rede e de maneira articulada com canais públicos de TV.

Tanto no audiovisual, quanto em outras linguagens e expressões artísticas e culturais, as políticas de cultura que nasceram com o governo Lula e que se desenvolveram até o afastamento da presidenta Dilma são hoje uma referência para inúmeros países, não apenas na América Latina, mas também entre os de língua portuguesa e ibero-americanos. Não é de espantar o prestígio e o poder de atração que essas políticas ainda exercem sobre artistas, produtores e dezenas de milhares de grupos culturais por todo o país e no exterior.

A música ocupa um lugar muito especial em nossa cultura, nos revela como povo, é uma das mais ricas expressões de nossa sociedade, da nossa facilidade de aprender novas formas e tirar partido delas, da nossa capacidade de interagir com outras culturas, da

nossa criatividade, da nossa ausência de medo de experimentar. Além de ser a mais internacionalizada das expressões artísticas brasileiras, é um dos meios mais eficazes que temos de divulgar nossa língua portuguesa. No mundo inteiro, a qualquer instante, alguém está ouvindo uma música brasileira. Podemos dizer que nossa música é uma parte de nós que deu certo. Não há exagero em se dizer que o mundo nos conhece em grande parte por causa da nossa música. Mas vivemos uma época de radicais mudanças em toda a sua cadeia produtiva. Grandes transformações tecnológicas estão a demandar novas relações, novas regras. Para tanto, finalizamos estudos voltados à criação de uma estrutura institucional, uma Agência Nacional da Música, capaz de articular e apoiar a cadeia produtiva e criativa da música no Brasil e da música brasileira no mundo. Uma instituição com capacidade de gerir a maior política pública para a música do mundo, sem exagero, tanto pela abrangência de suas ações programáticas quanto pela necessidade de estabelecer articulações nacionais e internacionais em múltiplas instâncias e ainda marcos legais que promovam a regulamentação e o florescimento do setor musical. Uma instituição que, além de promover a pesquisa e a gestão de conhecimento sobre o setor, possa formular e implementar programas articulados nacional e internacionalmente; que possa fomentá-los financeira e tecnicamente, fazer regulação econômica e propor marcos legais e regulatórios para o setor.

Estabelecemos, enfim, um modelo democrático de política cultural, que ainda não alcançou sua forma mais acabada porque demanda tempo para produzir todos os desdobramentos e para que seus efeitos se multipliquem e se afirmem como política de Estado. Fomos muito além do que teorizamos. Bom que se diga. Nossa prática esteve baseada em conceitos que se metamorfosearam no curso de sua implementação e que agora estão por exigir uma análise e uma organização programática, uma sistematização de seu legado, uma melhor conceituação para que possa servir de estímulo e divulgação de boas práticas, testadas no grande e diverso “laboratório brasileiro” e possam servir de plataforma para um programa de retomada das políticas culturais de um novo governo democrático que há de vir.

Neste momento em que o mundo assiste a uma dramática ampliação da desigualdade social e a expansão de extremismos, é preciso enfrentar os discursos de ódio, o preconceito social e regional, o racismo, a intolerância religiosa, o machismo, a homofobia, a xenofobia e todas as demais formas de segregação humana e cultural. Neste girar da roda da história em que o avanço tecnológico induz a uma revolução cognitiva, mudando radicalmente nossas formas de organização e comunicação, precisamos nos posicionar quanto a esta nova ordem cujos impactos ainda não conseguimos vislumbrar integralmente.

As grandes questões deste princípio de século passarão necessariamente pelo campo da cultura. Pode-se mesmo dizer que no século XXI a cultura está no vértice das grandes transformações, modelando todos os campos da atividade humana. Neste momento, a cultura está diretamente ligada à política, culturalizando-a. A questão ambiental, a questão das drogas, as questões de gênero, a proteção à infância e à adolescência, a atenção aos idosos e aos portadores de deficiências e de distúrbios mentais, as desigualdades sociais e as migrações e outros tantos temas que fazem parte do nosso tempo exigem de nós mudança de mentalidade e visão de mundo. Exige outra sensibilidade, outro olhar, outro comportamento. Uma radical mudança de atitude é parte de uma mudança cultural. A cultura em suas múltiplas versões, expressões e ocorrências está no centro da Agenda do Século XXI.

Belo Horizonte, Junho de 2018